

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.679 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2003

Projetos aumentam pena para quem matar juiz ou policial

Propostas que impõem penas mais duras para crimes como homicídio e lesão corporal, quando cometidos contra juízes, membros do Ministério Público, policiais e jurados, encontram-se na pauta do Plenário para esta semana. Um dos projetos, de autoria de José Sarney, aumenta para 40 anos a prisão pelo assassinato de agente público no exercício da função. As propostas serão examinadas após a votação de medidas provisórias que estão trancando a pauta.

PÁGINA 3

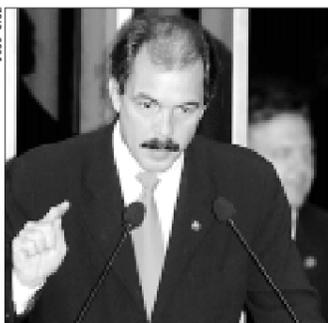
Senadores discutem formas de combater a criminalidade

Gerardo Magela



Magno Malta propõe que advogado declare origem de honorários

José Cruz



Projeto de Aloizio Mercadante pune com rigor indução de menor ao crime

Roosevelt Pinheiro



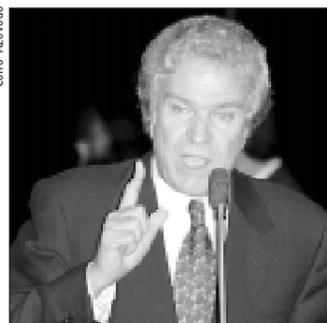
Antonio Carlos Valadares sugere proibir o porte de arma em ônibus

José Cruz



Gerson Camata defende restrições à circulação de "dinheiro sujo"

Célio Azevedo



Hélio Costa: contra liberdade condicional em crime hediondo

PÁGINA 8



Valmir Amaral quer mudança no reajuste de energia

Insatisfeito com o aumento de 14,5% na tarifa da energia elétrica distribuída pela Companhia Energética de Brasília (CEB), o senador Valmir Amaral está pedindo que o governo federal estude nova fórmula que permita baratear o custo.

PÁGINA 5

Comissões ouvem amanhã o ministro da Agricultura

A criação de um programa de seguro rural que garanta crédito para os produtores é um dos assuntos que Roberto Rodrigues deverá debater com os senadores. As comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais fazem reunião conjunta para ouvir o ministro.

PÁGINA 3

Indicação de Scliar para a ABL tem apoio de parlamentares

PÁGINA 2

Célio Azevedo



Pedro Simon: gaúchos querem Moacyr Scliar na Academia

Bancada gaúcha no Congresso apóia indicação de Scliar para vaga na ABL

Pedro Simon anuncia apoio unânime de senadores e deputados federais ao escritor de Porto Alegre em sua pretensão de disputar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) informou que a bancada de três senadores e 31 deputados federais gaúchos assinou moção de apoio à candidatura do escritor Moacyr Scliar à Academia Brasileira de Letras (ABL). Scliar, que nasceu em Porto Alegre, em 1937, concorre à cadeira deixada vaga com a morte do romancista mineiro Geraldo França de Lima. A moção informa que o escritor gaúcho Luis Fernando Verissimo, cogitado para a ABL, decidiu não concorrer e agora também apóia Scliar.

Scliar é autor de 62 livros, em diversos gêneros, como ficção, ensaio, crônica e literatura juvenil. Ele é também colunista dos jornais *Zero Hora* e *Folha de S. Paulo*, além de colaborar com outros órgãos da imprensa brasileira e estrangeira. Alguns de seus textos foram, ainda, adap-



Pedro Simon: o porto-alegrense Moacyr Scliar é autor de 62 livros

tados para cinema, teatro, TV e rádio, inclusive do exterior.

Na obra de Scliar, são temas dominantes a realidade social da classe média urbana do Brasil e o judaísmo, tendo o autor criado excelentes parábolas do mundo contemporâneo, segundo a moção assinada

pelos parlamentares. O documento registra que o escritor gaúcho é um mestre do conto contemporâneo e um profissional da palavra elegante. Scliar "sonda a realidade com crueza, utilizando o humor, o paradoxo, a concisão e o absurdo", afirmam os signatários da moção.

Moacyr Scliar participou de conferências e encontros de literatura no país e no exterior. Foi também professor visitante na Brown University e na Universidade do Texas, ambas nos Estados Unidos.

Valadares elogia trabalho da CNBB

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou a importância do trabalho da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em defesa de melhorias sociais para o país e no seu estado. Segundo ele, hoje é impossível imaginar o Brasil sem a CNBB, "pois a história da instituição confunde-se com a própria história da luta por direitos sociais mais justos nos últimos 50 anos".

Valadares enumerou as atividades realizadas pela CNBB em Ser-

gipe, classificando-as como exemplo de trabalhos sociais e comunitários no atendimento aos marginalizados. Ele citou, entre outros, a atuação da Pastoral da Saúde, que presta apoio material e espiritual a aproximadamente mil doentes e faz contatos com 250 famílias no estado, por meio de visitas regulares a hospitais, asilos e postos de saúde.

Outro trabalho da CNBB em Sergipe é desenvolvido pela Pastoral da Mulher Marginalizada,

informou Valadares. Mulheres e meninas prostituídas são convidadas a frequentar cursos profissionalizantes de corte e costura, pintura sobre tecidos, manicure e tapeçaria, explicou. O senador elogiou as campanhas da Fraternidade, que, desde 1964, já abordaram todos os direitos sociais.

— O sucesso de propostas como a Campanha da Fraternidade, além dos trabalhos de cada arquidiocese, comprova a importância da CNBB para o Brasil — finalizou.

Simon homenageia dom Vicente Scherer

A eleição do cardeal dom Vicente Scherer como um dos mais eminentes vultos da história do Rio Grande do Sul foi registrada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Votado como um dos 20 mais destacados cidadãos do estado por cerca de 1,7 milhão de pessoas, o religioso, morto em 1996, foi lembrado pelo seu trabalho evangélico, afirmou o parlamentar.

Citando reportagem do jornal *Zero Hora*, Simon disse que quan-

do o testamento de dom Vicente foi aberto, em 1996, os gaúchos descobriram que o cardeal "não deixara mais bens materiais do que alguns livros, uma velha máquina de escrever portátil e meia dúzia de móveis". Contudo, acrescentou, se não deixou bens, o cardeal construiu inúmeras casas para famílias carentes de Porto Alegre ao longo do seu episcopado.

O senador salientou ainda que, em 1982, dom Vicente Scherer as-

sumiu a provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, empenhando-se em salvar o hospital da falência.

Segundo Simon, graças em grande parte à gestão do religioso, a Santa Casa é hoje uma instituição de saúde modelar, tendo inaugurado há um ano o primeiro centro especializado em transplantes da América Latina e recebido, em novembro, o Prêmio Nacional de Qualidade de 2002.



Luiza de Araújo

Lúcia Vânia preside a Subcomissão da Criança e do Adolescente

Subcomissão da Criança define cronograma

Presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude reúne-se na quarta-feira, às 14h30, para definir seu cronograma de trabalho.

A subcomissão, criada por iniciativa da senadora por Goiás e da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), tem sete membros titulares e prazo de seis meses para desenvolver seus trabalhos, podendo requerer prorrogação por igual período.

Ela deverá avaliar políticas públicas dirigidas às crianças e adolescentes e propor novas ações em temas como educação, saúde, violência sexual, primeiro emprego, trabalho infantil e criminalidade.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2003

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Projeto de Lei de Conversão 3/03 (MP 82/02) (transferência da União para os estados e o DF de segmentos da malha rodoviária); MP 85/02 (crédito extraordinário); Projeto de Lei de Conversão 4/03 (MP 86/02) (cria cargos na administração pública federal); MP 87/02 (crédito extraordinário); MP 88/02 (crédito extraordinário e outros); MP 89/02 (crédito extraordinário); MP 90/02 (crédito extraordinário); MP 92/02 (crédito extraordinário); MP 93/02 (crédito extraordinário); MP 95/02 (seguro de crédito à exportação); MP 96/02 (crédito extraordinário); MP 97/02 (altera artigo da Medida Provisória 2.192-70/201, para incentivar redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária e dispõe sobre a privatização de instituições financeiras); MP 98/02 (crédito extraordinário); MP 99/02 (crédito extraordinário); MP 100/02 (capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação); MP 102/02 (crédito extraordinário); MP 105/03 (crédito extraordinário); discussão em turno único, em regime de urgência, do PLC 1/03 (Estatuto do Torcedor); discussão em turno único, em regime de urgência, do PLC 92/01 (estabelece, nos crimes de homicídio e lesão corporal, causas de aumento de pena); PLS 66/03 (altera dispositivo do Código Penal); PDL nº 172/03 (programação monetária).

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: ofício "S" 1/00 (sugere resolução autorizativa específica que viabilize aos municípios acesso aos recursos do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios; e ofício "S" 6/01 (solicita providências para determinar prazo de atendimento ao público pelos estabelecimentos creditícios governamentais e particulares. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência pública com a finalidade de atender requerimentos convidando o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Quarta-feira

14h30 — Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude
Pauta: elaboração do cronograma de trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

ESPECIAL

Terça-feira

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: Depoimento do senador Antonio Carlos Magalhães. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

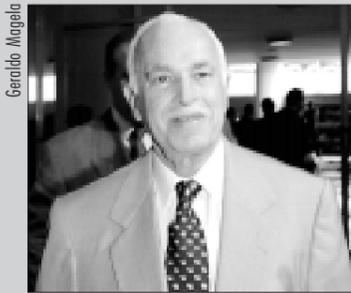
Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Conselho de Ética ouve Antonio Carlos amanhã

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se reúne amanhã, às 17h, para ouvir o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que irá se manifestar sobre as acusações de envolvimento com o caso das escutas telefônicas ilegais na Bahia.

O depoimento foi pedido pelo relator da sindicância que apura a denúncia, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), e aprovada por consenso na reunião do último dia 3. Na ocasião, o relator afirmou que, após ouvir a defesa do representante baiano, irá ultimar a elaboração do relatório. Para ele, além de Antonio Carlos, “difícilmente alguém mais poderia comparecer ao conselho trazendo informações adicionais de utilidade”.

O Conselho de Ética já ouviu o delegado responsável pelo inquérito sobre o caso na Polícia Federal, Gesival Gomes de Souza, e os jornalistas da revista *IstoÉ*, Weiller Diniz e Luiz Cláudio Cunha. Este último disse, em seu depoimento, ter ouvido o senador dizer que foi o respon-



Geraldo Magalhães

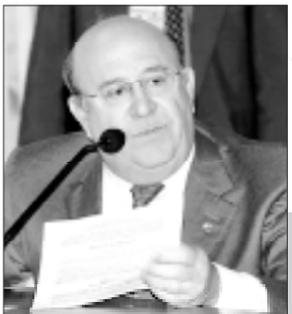
Após o depoimento de Antonio Carlos, relator pretende elaborar seu parecer sobre o caso

sável pelos “grampos” telefônicos. Antonio Carlos divulgou nota na ocasião informando que os diálogos narrados por Luiz Cláudio Cunha “foram fruto de sua imaginação e falta de responsabilidade profissional”. O senador pela Bahia disse que irá “restabelecer a verdade”.

A sindicância para investigar a participação do senador no caso das gravações foi aprovada pelo Conselho de Ética em 18 de março. O conselho é presidido por Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) e tem como vice-presidente o senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Comissão analisa pedidos de municípios ao Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, às 10h, para discutir pareceres pelo arquivamento de dois ofícios encaminhados ao Senado pela prefeitura Municipal de Joinville (SC) e pela Câmara Municipal de Barretos (SP). As



Ney Suassuna considera prejudicada reivindicação da prefeitura de Joinville

matérias foram relatadas, respectivamente, pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

O ofício da prefeitura catariense solicita ao Senado resolução específica para viabilizar o acesso dos municípios a recursos do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM). Já os vereadores paulistas solicitaram a a edição de norma para obrigar os bancos a prestarem atendimento ao público no prazo máximo de 15 minutos.

Ao considerar prejudicada a

reivindicação de Santa Catarina, Suassuna argumentou que, caso o Senado a acolhesse, “estaria relegando a segundo plano o exercício de sua competência privativa de dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dos municípios”.

Quando à reivindicação de Barretos, Tourinho, embora reconheça a “situação desrespeitosa” do consumidor submetido a longas filas nos bancos, não considera apropriada a intromissão do Senado. Com base na Lei nº 4.595/64, que confere ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central competência para regular o funcionamento e a fiscalização das instituições financeiras, o senador diz que caberia ao órgão encarregado de regular o setor bancário adotar providências.

Propostas sobre segurança esperam liberação da pauta

Votações estão bloqueadas por 18 medidas provisórias, impedindo exame de projetos que visam reforçar o combate à criminalidade

A dificuldade de votação de medidas provisórias tem obstruído a pauta do Senado desde o dia 1º, impedindo a votação de projetos importantes, alguns tramitando em regime de urgência. Dois deles impõem penas mais duras para crimes como homicídio e lesão corporal, quando cometidos contra agentes públicos no exercício da função.

O senador José Sarney (PMDB-AP) é autor de projeto, relatado pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), que aumenta para 40 anos de reclusão a punição para o crime de homicídio quando cometido contra juízes, membros do Ministério Público, policiais e jurados. A proposta considera esses crimes como homicídio qualificado.

Há ainda na pauta outro projeto, de autoria do ex-deputado Nilmar Miranda, atual ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, tramitando em conjunto com o de Sarney, que agrava



Sarney propõe aumento de pena para homicídio cometido contra juízes e policiais

penas cometidas contra os agentes públicos, sem no entanto alterar o limite máximo de punição, que atualmente é de 30 anos.

Também aguarda votação o chamado Estatuto do Torcedor. Pelo projeto, as entidades desportivas e ligas que organizam torneios devem assegurar ao torcedor publicidade e transparência. A proposta determina que o torcedor tem direito a segurança nos locais em que são realizados eventos esportivos, ficando os organi-

Roosevelt Pinheiro

zadores obrigados a oferecer ao portador de ingresso seguro contra acidentes pessoais.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Para que esses e outros projetos possam ser votados, o Plenário precisa deliberar sobre 18 medidas provisórias. A mais polêmica é a que transfere trechos das rodovias federais para o controle dos estados mediante o repasse de recursos – R\$ 130 mil por quilômetro transferido. Os senadores estão encontrando dificuldades para atender aos interesses dos diversos estados envolvidos. O Rio Grande do Sul, por exemplo, quer que a União recupere as estradas antes de repassá-las ao estado.

Além dessa, há medidas que abrem créditos extraordinários para os Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional e a MP que cria mecanismos para a redução da atuação dos estados no sistema financeiro.

Senadores debatem processo de votação de MPs

A pauta do Senado está obstruída desde o dia 1º devido à dificuldade de votar medidas provisórias. Para o vice-líder do PSDB, senador Romero Jucá (RR), o governo ainda não se adaptou às novas regras, insistindo na edição de MPs, cuja apreciação no Legislativo, após transcorridos 45 dias, bloqueia outras deliberações.

– As mudanças das regras foram defendidas com unhas e dentes pelo PT. A regra obriga a manifestação do Congresso e disso nós não abrimos mão. O que o governo precisa fazer é sistematizar a negociação com a oposição e fortalecer a sua base – afirmou Jucá, manifestando posição contrária a alterações nas atuais regras que “signifiquem o enfraquecimento do Congresso”.

Jucá sugeriu aos líderes do governo que adotem projetos de lei em regime de urgência, como forma de apressar a tramitação de matérias de interesse do Executivo. Já o senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do Senado, disse que o governo vem utilizando o instituto das medidas provisórias com moderação. Ele contabilizou cerca de duas MPs por dia no governo passado, contra uma por semana editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Paulo Paim, são normais os problemas para aprovação das MPs “que têm caráter econômico e envolvem recursos do Tesouro, devendo ser bem discutidas”. De toda forma, frisou Paim, as MPs têm o lado positivo de forçar o acordo entre governo e oposição.

Ministro explica política agrícola do governo Lula

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, participa amanhã, às 11h, de audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), quando será debatida a política agrícola do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

A solicitação da audiência foi apresentada pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Entre os assuntos a serem debatidos está a cria-

ção, pelo governo, de programa de seguro rural que garanta crédito para os agricultores.

Engenheiro agrônomo, Roberto Rodrigues ocupou a Secretaria da Agricultura do governo paulista e presidiu entidades rurais, entre elas a Sociedade Rural Brasileira e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Ele também foi presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), sediada em Genebra, na Suíça. O ministro foi ainda professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp).



Roosevelt Pinheiro

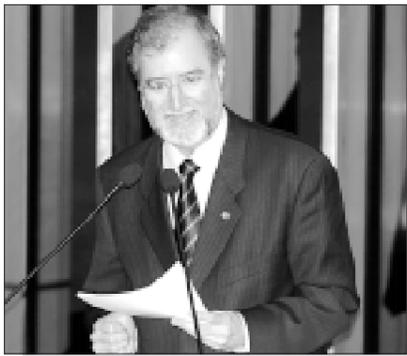
Ana Júlia Carepa é uma das autoras do pedido de audiência com o ministro da Agricultura

Azeredo: governo Lula se afasta de suas promessas

Para o senador, a recuperação do cenário econômico é fruto de conquistas obtidas por FHC e que receberam duras críticas do PT

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou duramente o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ele disse que, quando o assunto é recuperação do cenário econômico, o atual governo reivindica para si as melhorias conseguidas na gestão de Fernando Henrique Cardoso, que os petistas tanto criticavam.

Rompimento com o sistema financeiro internacional, crítica permanente às privatizações e desprezo pela responsabilidade fiscal foram apontados pelo parlamentar como exemplos de idéias defendidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo dos anos. Segundo Azeredo, era a possibilidade de aplicar esses ideais na prática que sempre gerou a desconfiança dos investidores,



"O PT fará valer o discurso histórico ou o de ocasião?", questiona Eduardo Azeredo

como ocorreu durante as últimas eleições.

O parlamentar lembrou que o PT se empenhou em convencer os eleitores de que seria capaz de se comprometer com os fundamentos básicos de uma gestão responsável, como a defesa da estabilidade da moeda e do câmbio flu-

tuante. Porém, ele questiona se "no poder o partido fará valer o discurso histórico ou o de ocasião".

O problema, acrescentou, é que a administração petista conquistou sua credibilidade com superávits fiscais elevados até para os padrões do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele disse que o salário mínimo de R\$ 240, em vigor desde o dia 1º deste mês, é um bom exemplo disso.

— Sentados sobre um superávit de 6,59% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro bimestre do ano, os atuais governantes optaram por aumentar o mínimo em nível tão baixo em termos reais que não chega a repor o poder de compra da cesta básica registrado na data do reajuste anterior. E, mais uma vez, se distanciam do discurso que os levou ao sucesso nas urnas — finalizou Azeredo.

Arthur Virgílio cobra reunião da Suframa

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) censurou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, por ter deixado de promover as reuniões bimestrais do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Para o senador, essa é uma "grave omissão", visto que cabe ao conselho da Suframa o exame e aprovação dos projetos destinados a empreendimentos industriais na área.



Para Arthur Virgílio, ministro Furlan "fez pouco caso"

Ele afirmou ainda que o protesto não é só dele, mas também do empresariado e da população do estado e da Amazônia ocidental, que estão inconformados com a omissão do ministério.

A suspensão das reuniões, acrescentou, faz com que grupos interessados desistam de investir capitais e tecnologias na região, utilizando mecanismos de incentivos previstos na lei, o que esvazia a economia regional, detentora de uma renda *per capita*

18,59% inferior à nacional e 60% menor do que a do Sudeste.

Arthur Virgílio comentou que, em recente audiência do ministro na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Furlan teria se referido demoradamente à Amazônia, demonstrando "algum apreço" para com a região.

— Por isso mesmo estranhei muito ao tomar conhecimento desse pouco caso em relação às reuniões do Conselho de Administração da Suframa. Que essa postura sofra imediatamente uma reversão, em benefício não somente da região, mas de todo o Brasil — sustentou o senador.

Duciomar quer incentivo a indústrias mineradoras

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) apresentou projeto de lei que visa permitir aos estados e municípios a restituição, à empresa mineradora que industrializar o minério na mesma área em que foi extraído, de parte dos *royalties* a que governos e prefeituras têm direito.

O projeto determina que a forma e as condições da renúncia fiscal devem ser definidas por leis municipais e estaduais.

O senador explicou que as empresas não são obrigadas a industrializar o minério no mesmo município ou estado de onde o produto foi extraído. O projeto visa criar estímulos para isso.



Duciomar defende industrializar minério no local da extração

— Os estados e municípios onde se situam as lavras sofrem problemas ambientais, sem contrapartida das mineradoras. E são recursos não renováveis. Além disso, há o problema do fluxo migratório para o local da lavra — disse Duciomar.

Segundo ele, a perda de parte dos *royalties* para estimular a industrialização do minério seria compensada por novos empregos e pelo pagamento de impostos decorrentes da nova indústria. "Mas é preciso que as câmaras de vereadores e assembleias legislativas estabeleçam as condições para isso", explicou.

Jucá pede que Banco Central aprimore política monetária

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) recomendou à direção do Banco Central (BC) que aprimore medidas que fizeram parte das preocupações do governo de FHC, entre as quais a formulação e gestão das políticas monetária e fiscal, regulação e supervisão

do sistema financeiro, administração do sistema de pagamentos e do meio circulante, bem como a consolidação do novo sistema de pagamentos brasileiro.

— Acredito que esses serão os temas básicos que marcarão os novos passos do Banco Central no período de governo do presidente Lula — afirmou o senador, ao lembrar que a grande missão do BC é assegurar a estabilidade do



Ligação de BC com a sociedade foi destacada por Jucá

poder de compra da moeda e a solidez do sistema financeiro.

Jucá, que fez um balanço da instituição nos oito anos do governo anterior, destacou a reestruturação financeira dos bancos públicos, a criação do Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro

(Proer) e ações destinadas a combater crimes financeiros e lavagem de dinheiro, em conjunto com a Receita Federal e Polícia Federal. O senador assegurou ainda que durante o período de estabilidade econômica, "a grande marca do governo do ex-presidente Fernando Henrique", o Banco Central procurou aprofundar uma perfeita ligação com a sociedade.

Valmir Amaral sugere que refinarias tenham fornecedores nacionais

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) fez um apelo à direção da Petrobras para que, em seus editais para construção de novas refinarias, conste a exigência de que 75% de seus equipamentos sejam provenientes de fornecedores nacionais. Esse percentual, segundo o senador, já está presente no edital de licitação das plataformas P-51 e P-52 e deve ser também observado na execução do projeto de

uma nova refinaria, pretendida, entre outros, pelos governos do Rio de Janeiro, de Sergipe e do Ceará.

Na opinião do parlamentar, várias empresas brasileiras detêm o nível de tecnologia exigida para participar da construção de plataformas marítimas. Além disso, existiria uma competitividade dos fornecedores nacionais nesse setor econômico. Dessa forma, ressaltou o senador, o setor indus-

trial do país preenche as condições indispensáveis a uma participação majoritária em projetos que envolvem a produção de petróleo. Uma presença brasileira mais efetiva, acrescentou, evitaria também a concessão de novos privilégios aos fornecedores estrangeiros de equipamentos.

Vale lembrar que, desde 1989, o Brasil aumentou em 23,1% a sua capacidade de processamento de óleo, o equivalente a mais do que

o dobro da média internacional, destacou o senador. Valmir apontou, ademais, que uma maior participação brasileira na construção de plataformas marítimas se justifica por causa do peso desse setor na balança comercial. Estima-se que esse tipo de obra envolva US\$ 2 bilhões, além de gerar 20 mil empregos diretos.

Valmir Amaral citou o deputado federal Francisco Dornelles (PPB-RJ), que em entrevista con-

cedida ao jornal *O Globo*, sobre as plataformas a serem adquiridas pela Petrobras, disse que uma empresa estatal não pode ter como finalidade exclusiva o lucro. Essas companhias, de acordo com a posição de Dornelles citada por Valmir, seriam um importante e estratégico instrumento de política de comércio exterior, de desenvolvimento tecnológico e de promoção cultural.

Reajuste de tarifas públicas só após negociação

Projeto de Aloizio Mercadante exige que as empresas prestadoras de serviços como energia, água e telefone, privadas ou não, justifiquem junto aos consumidores as razões para aumentos no preço das tarifas cobradas

Projeto apresentado na semana passada pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), exige que as empresas prestadoras de serviços públicos do país, privatizadas ou não, façam debates com os usuários, em audiência pública, para justificar os aumentos que pretendem aplicar em suas tarifas. As companhias terão de convocar os usuários pelos meios de comunicação 15 dias antes de aplicar o reajuste em seus preços.

O debate será exigido para empresas públicas de água, energia elétrica, telefone, transporte, limpeza urbana, saúde

ou quaisquer outros serviços. Se os usuários considerarem insuficientes as informações apresentadas pelas concessionárias, elas serão obrigadas a complementar os dados nos 15 dias seguintes.

Aloizio Mercadante pondera que a privatização dos serviços públicos no Brasil, “ao contrário do que ocorre em outros países”, não foi acompanhada da criação de mecanismos destinados a envolver os usuários no controle e na fiscalização das novas empresas:

- O processo de privatização



Aloizio Mercadante: projeto estimula presença dos usuários na gestão dos serviços públicos

marginalizou os consumidores, seus pretensos beneficiários, e reforçou as práticas pouco

transparentes de administração dos serviços envolvidos – acredita o senador.

Na opinião do líder do governo, a ausência dessa participação dos usuários e as “práticas pouco transparentes” das empresas têm trazido prejuízos para a população. O projeto tentará reverter esta situação, estimulando a presença dos usuários na gestão de tais serviços, observou.

A proposta determina que as agências reguladoras dos serviços

públicos só poderão autorizar os aumentos de tarifas se as concessionárias tiverem feito o debate público com os usuários. As reuniões serão realizadas nas capitais dos estados onde são prestados os serviços ou na cidade onde funcionam as empresas.

O projeto do senador Aloizio Mercadante tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, se aprovado, poderá ser remetido diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, exceto se um décimo dos senadores pedir a discussão da matéria no Plenário do Senado.

Valmir Amaral pede revisão dos aumentos de energia

O aumento de 14,5% no valor da energia elétrica distribuída pela Companhia Energética de Brasília (CEB), justificado pela variação cambial do dólar em 2002, levou o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) a pedir que o governo estude uma nova fórmula para o reajuste da energia. Para o senador, a população só poderá ter acesso aos benefícios econômicos e sociais com o fornecimento de eletricidade barata.



Valmir Amaral: brasileiro só terá melhorias sociais com eletricidade barata

O alto preço da energia elétrica no Distrito Federal, reajustado em índice superior ao da inflação, levou o senador a requerer informações ao Ministério de Minas e Energia, que, em resposta, revelou que o principal fator usado na definição do índice foi o custo da energia adquirida de Itaipu, atrelada à variação do dólar.

Como solução, Valmir Amaral sugeriu que sejam aplicados percentuais de descontos progressivos para os consumidores de baixa renda. Segundo dados da CEB, 45% dos consumidores residenciais estão nessa categoria e poderiam ter uma parcela menor da renda familiar comprometida com o pagamento da eletricidade.

O senador também comentou a organização do setor elétrico nacional a partir da criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pela qual o Estado vem abrindo mão dos meios de produção, passando a um papel

de regulação. Porém, ele aponta que o suprimento adequado e suficiente de energia elétrica ainda não está equacionado de forma a atender o crescimento da demanda. Assim, o senador analisa que há risco de desenvolvimento econômico não encontrar contrapartida na geração de energia elétrica.

– Os condutores da política energética precisam envidar esforços para garantir o crescimento setorial. Se o modelo adotado é o de participação de terceiros privados, é fundamental que tais agentes sejam motivados a intensificar seus investimentos em geração, transmissão e distribuição. Enquanto os brasileiros não se sentirem seguros sobre a eficácia da nossa política energética (seja para sua sobrevivência, seja para suas atividades profissionais), não poderemos falar de um Brasil em desenvolvimento – afirmou.

Aelton propõe mudar Lei do Inquilinato

Alterações em seis dispositivos da Lei do Inquilinato serão examinadas em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Uma das propostas do senador Aelton Freitas (PL-MG) prevê a adoção do rito sumário no lugar do procedimento ordinário nas ações de despejo, que “por opção do autor, não forem submetidas aos juizados especiais”.

Outra mudança dispensa, para a ação de despejo, a exigência do título de propriedade para os imóveis de valor igual ou inferior a 100 salários mínimos, aceitando como suficiente a prova da locação. Para

desfazer o contrato, quando for para a realização de obras urgentes, o senador propôs que não haja mais a necessidade de o poder público determinar que o locatário desocupe o imóvel.

No caso do ajuizamento de ação, fica dispensada a exigência da prova de propriedade do imóvel ou do “compromisso registrado, se a outorga de poderes permite ao administrador locar o imóvel em seu próprio nome”.

O projeto reduz de seis para três meses o prazo para a desocupação do imóvel quando o locatário manifestar sua concordância, mas

o juiz poderá dar novo prazo de três meses se acolher pedido nesse sentido. Se o locatário não cumprir esses prazos, será expedido mandado de despejo.

A última mudança proposta determina que a chamada emenda de mora não seja admitida se o locatário já tiver utilizado essa possibilidade nos 24 meses anteriores à ação de despejo. A emenda ocorre quando o dono do imóvel interpõe uma ação judicial e o inquilino, para evitar o despejo, paga os aluguéis atrasados, junto com as multas, juros, custas processuais e honorários.

Brasil tem 6,4 milhões de imóveis alugados

Aprovada em 1991, a Lei do Inquilinato (nº 8.245) é um marco na história da legislação brasileira e veio depois de mais de dez anos de debates no Congresso Nacional. A lei estabeleceu normas e garantias para locadores e locatários, equilibrando a relação. De acordo com o último Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 44,8 milhões de domicílios parti-

culares no país, 14,3% são alugados, o que equivale a 6,4 milhões de casas ou apartamentos, onde moram 21,2 milhões de pessoas. O percentual de habitações alugadas vem caindo — era de 16,4% em 1991 — em parte pela crescente favelização das grandes cidades. Outro motivo é que o Brasil ainda convive com o fenômeno da coabitação familiar, que atinge 3,6 milhões de famílias.

Projeto não prejudica consumidor, diz Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou “equivocada” a redação da nota subscrita pelos órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), apontando que projeto de sua autoria seria contrário aos interesses dos consumidores.

O senador leu carta em que o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Krepel Goldberg, responsável pelo SNDC, reconhece que a re-

ferida nota, que acusa o projeto de Simon de retirar da competência dos juizados especiais as causas afeitas às relações de consumo, tem uma “infeliz redação” e deu espaço a mal-entendidos. Na carta, Goldberg lamenta o ocorrido e pede desculpas a Simon.

– O objetivo do projeto, aprovado no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados, era delimitar com clareza as esferas de atuação da Justiça Especial Cível, de modo a garantir ao cida-

dão e ao consumidor celeridade e objetividade em sua persecução judicial – afirmou Simon.

Na Câmara, a proposta passou a tramitar com outras 11 sobre o mesmo assunto, na forma de um substitutivo elaborado pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), deputado Renato Viana (PMDB-SC).

– Não consegui entender por que a nota errônea cita apenas o meu nome. Ou seja, cita um projeto que não existe mais – disse.

Raupp destaca nova política para pesquisa

Senador afirma que desconcentração de recursos para bolsas de mestrado e doutorado, anunciada pelo ministro Roberto Amaral, beneficiará Norte e Nordeste, regiões que sempre foram menos favorecidas

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou a política anunciada pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, de desconcentrar os recursos públicos destinados à pesquisa, com o objetivo de torná-los efetivamente nacionais. Para o parlamentar, essa política implicará na destinação de verbas maiores para as regiões Norte e Nordeste, que hoje são menos favorecidas, segundo afirmou.

Como exemplo dessa disparidade na distribuição de recursos, ele salientou que 40% dos cientistas brasileiros se encontram no eixo Rio/São Paulo, onde formam uma comunidade de 24 mil pesquisadores. Em contrapartida,



Valdir Raupp elogiou anúncio feito pelo ministro Roberto Amaral

observou Raupp, a Região Norte conta com apenas 700 pesquisadores, o que, na sua opinião, “demonstra o descaso com que sucessivos governos vêm tratando a Amazônia, “esse fabuloso laboratório natural absurdamente inexplorado e, cada vez mais, uma

presa fácil para aventureiros”.

O Brasil conseguiu, ao longo das décadas, formar expressiva rede de instituições de ensino superior federal, dotando todas as unidades da Federação de, pelo menos, uma universidade pública federal, afirmou o senador. Essas instituições, que se apoiam no tripé ensino, pesquisa e extensão, representam o berço natural para o desenvolvimento de projetos relevantes, ressaltou.

Como suporte dessa política, ao lado da formação de quadros altamente sofisticados, o governo deverá investir em equipamentos que, devido ao processo de obsolescência tecnológica, precisam ser cada vez mais desenvolvidos e com ciclo útil curto, necessitando constante aprimoramento, concluiu Valdir Raupp.

Sudeste concentra maioria das bolsas

Apartilha desigual de recursos para a pesquisa entre as regiões brasileiras é bem representada na concessão das bolsas de mestrado e doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os dois principais financiadores públicos de

pesquisa no país.

Dos 5.450 bolsistas de mestrado custeados pelo CNPq, 3.378 (ou 62%) estão no Sudeste. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste abocanham menos de 20% das bolsas. No caso do doutorado, a concentração é ainda maior: os pesquisadores do Sudeste ficam com 70,6% das bolsas. O CNPq é ligado ao Ministério da Ciência e

Tecnologia.

Na Capes a situação não é diferente. Os alunos de doutorado do Sudeste recebem 80,4% das bolsas pagas. Os estados do Norte possuem apenas 18 bolsistas, ou 0,4% do total financiado pela fundação, que é vinculada ao Ministério da Educação.

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ministro deve prestar contas sobre o SUS

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou projeto de lei determinando que o ministro da Saúde preste contas trimestralmente ao Congresso sobre a atuação do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) e tem caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. Ou seja, cabe à CAS a decisão final sobre a matéria, a não ser que requerimento assinado por pelo menos nove senadores peça sua votação em Plenário.

A proposição altera a Lei nº 8.689/93, que extinguiu o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). A norma já determina que o Poder Legislativo exercerá o controle externo das atividades de gestão do SUS, por meio de relatório trimestral enviado para câmaras

de vereadores e assembleias legislativas e também por meio de audiências públicas. A lei, entretanto, deixou de mencionar o Congresso Nacional.

Tião Viana argumenta que não há justificativa para eximir o ministro da Saúde da obrigação de apresentar relatório sobre a situação do SUS ao Legislativo, uma vez que ele é o gestor mais importante do sistema ao coordenar suas atividades nacionalmente.

O representante acreano destaca que é o Congresso Nacional quem aprova os recursos da União para a saúde e deve, portanto, ser adequadamente informado sobre o andamento da aplicação de recursos. Tião Viana diz ainda que a “tímida participação” do Ministério da Saúde foi apontada pela 11ª Conferência Nacional de Saúde “como uma das cau-

sas de diversos problemas detectados no setor”.

O projeto determina que do relatório trimestral deverão constar informações sobre montante e fonte de recursos aplicados, auditorias concluídas ou iniciadas no período e oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada.



Tião Viana quer comparecimento trimestral do ministro da Saúde ao Congresso Nacional

Iris quer acabar com abuso na manipulação de remédio

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve examinar, em decisão terminativa, projeto da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) que prevê a proibição da captação de receitas com prescrições magistrais (fórmula descrita pelo médico) e oficinais (fórmula inscrita em farmacopéias e compêndios) por pontos de venda de medicamentos diversos das farmácias. A medida também veda às farmácias que possuem filiais a centralização total da manipulação em apenas um de seus estabelecimentos.

O projeto altera a Lei nº 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Iris de Araújo quer inserir na legislação dois dispositivos de regulamento técnico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que fixa os requisitos mínimos para a manipulação, o fracionamento, a conservação, o transporte, o pro-



Projeto de Iris de Araújo incorpora regras estabelecidas pela Anvisa

cessamento de preparações magistrais e oficinais, alopatícas e/ou homeopáticas, e de outros produtos de interesse da saúde.

Na justificativa do projeto, a senadora adverte para “os riscos e prejuízos a que o consumidor fica exposto quando ocorre a captação, bem como a intermediação entre empresas e outros estabelecimentos, de receitas contendo formulações magistrais e oficinais por drogarias, ervanários ou postos de medicamentos”.

Aelton sugere mais rigor na fiscalização ambiental

O desastre ambiental em Cataguases (MG), que provocou o despejo de cerca de 1,2 bilhão de litros de rejeitos químicos nos rios Pomba e Paraíba do Sul, levou o senador Aelton Freitas (PL-MG) a defender o fortalecimento da fiscalização ambiental no país. Para o senador, diante das graves conseqüências do desastre ambiental, não é suficiente punição severa da empresa causadora do acidente por sua negligência ou garantir aos cidadãos afetados o direito de cobrar na Justiça algum ressarcimento.

— Caso os governos se limitem mais uma vez a adotar medidas pontuais como aplicação de multas e reembolso às comunidades afetadas, continuaremos a encarar com tristeza e inútil comoção a degradação sucessiva de nosso patrimônio natural — alertou Aelton.

Para evitar a ocorrência de acidentes de tamanhas propor-



Aelton Freitas defende maior capacitação humana e técnica dos órgãos do setor

ções, o senador propôs que seja implementada fiscalização contínua e rígida do cumprimento de leis ambientais.

A solução, de acordo com Aelton Freitas, passaria por melhor capacitação humana e técnica dos órgãos envolvidos nesse trabalho, com a formação de parcerias entre diversas instâncias, como Ministério do Meio Ambiente, secretarias estaduais, polícias florestais e organizações não-governamentais.

Zambiasi sugere parcelar férias em até três períodos

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) quer mudar o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir que o direito às férias possa ser parcelado em até três períodos de dez dias, com um deles podendo ser convertido em abono pecuniário. Pelo projeto, o parcelamento não valeria para menores de 18 anos e maiores de 50 anos, que continuariam obrigados a tirar férias em um único período, "salvo acordo escrito, individual ou coletivo".

O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e amanhã encerra-se o prazo para a apresentação de emendas ao texto original de Zambiasi. Atualmente, a legislação permite apenas a conversão em abono pecuniário de dez dias das férias.

Segundo o autor, não se justifica mais a determinação de um período único de férias fixado por ato do empregador,



Zambiasi: muitas empresas já parcelam férias informalmente

Roosevelt Pinheiro

conforme determina a CLT. Em sua justificação, Zambiasi afirma que um período longo de férias muitas vezes prejudica ambas as partes da relação trabalhista. "O parcelamento das férias pode flexibilizar o instituto e agradar os dois

lados", diz o senador.

Zambiasi argumenta que muitas empresas já ajustaram com seus empregados o fracionamento das férias em até três períodos.

— É lamentável que ainda estejamos submetidos a normas jurídicas rígidas, que remontam a um período de desentendimentos entre empregados e empregadores e de exploração intensiva de mão-de-obra. Ademais, são tantas as variedades e práticas de trabalho, que a rigidez da norma não pode considerar todos os parâmetros e variáveis envolvidos — raciocina Zambiasi.

Serys anuncia mobilização de jornalistas pelo diploma

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) registrou a reatualização, na semana passada, de uma série de atos públicos realizados por profissionais e estudantes de jornalismo em todo o país para defender a regulamentação profissional e condenar decisão judicial que permite o exercício da profissão sem o diploma e a formação universitária. As manifestações, informou a senadora, são contrárias à decisão da juíza Carla Rister, da 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, que concedeu tutela antecipada contra a exigência de qualquer formação para o exercício da profissão de jornalista.

— Os jornalistas estarão mobilizados nacionalmente durante toda a primeira quinzena do mês em defesa da formação específica



Serys citou nota oficial divulgada pela federação dos jornalistas

Roque de Sá

ca para o exercício da profissão, para que ela venha a ser novamente respeitada — disse a senadora, citando nota divulgada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

A federação e os sindicatos de jornalistas afirmam na nota que a decisão da juíza "é contrária ao interesse público, retirando qualquer exigência de uma formação, por mínima que seja, para o exercício do jornalismo, profissão que, em sua existência, tem forma decisiva na qualidade da informação divulgada à sociedade".

Tal decisão judicial, completa a nota, "tenta retirar dos jornalistas uma conquista de oito décadas, que é a exigência de formação específica para a obtenção do registro profissional".

Almeida Lima quer facilitar contratação de detentos

Projeto do senador, em análise pela CAS, concede estímulo às empresas que contratarem presos ou condenados em liberdade condicional

Projeto do senador Almeida Lima (PDT-SE) modifica a lei de custeio da seguridade social e estende à iniciativa privada a isenção do recolhimento das contribuições sobre as remunerações pagas a empregados que estejam cumprindo pena ou em liberdade condicional.

— O que se observa é a oferta extremamente reduzida de trabalho aos apenados, por parte da iniciativa privada, decorrência de vários fatores, entre eles o preconceito acerca do contato com tais indivíduos — afirma o senador.



Almeida Lima: lei atual só permite trabalho de preso sem fins econômicos

Célio Azevedo

Na justificação do projeto, que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para ser apreciado em caráter terminativo, Almeida Lima chama atenção para a importância da ocupação produtiva dos cidadãos internados e em liberdade

condicional, mas reconhece que os empregadores privados não têm qualquer estímulo específico para contratar esse tipo de mão-de-obra, "em vista da expressiva quantidade de trabalhadores desempregados ávidos por ter uma ocupação".

Segundo ele, apesar de a Lei de Execução Penal atribuir ao trabalho do condenado caráter educativo e social, estabelecendo que tal ocupação não se sujeita ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a exceção, destaca Almeida Lima, só se aplica ao trabalho prisional gerenciado por ente público, com objetivo estrito de formação profissional e sem qualquer objetivo econômico:

— Com isso, fica cada dia mais difícil para os cidadãos que cumprem pena conseguir renda honestamente, o que, dentre outras consequências negativas, aumenta a reincidência criminal no país. Daí a necessidade da modificação que proponho — afirma o autor do projeto.

Projeto regulamenta profissão de rodoviário

Motoristas e cobradores de transporte coletivo urbano poderão ter sua profissão regulamentada caso seja aprovado projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS). Pela proposta, a categoria profissional teria direito ao recebimento de adicional equivalente a, no mínimo, 30% do salário e poderia requerer concessão de aposentadoria especial após 25 anos de serviço, sem exigência de idade, desde que tivesse contribuído para a Previdência Social por, no mínimo, cinco anos.

Conforme o projeto, ficaria estabelecido também um seguro obrigatório, custeado pelas empresas empregadoras, em benefício dos motoristas e cobradores, para cobertura de riscos à vida,

acidentes, furtos e roubos ocorridos no exercício da profissão. Paim propõe ainda que a jornada de serviço da categoria seria de seis horas para quem trabalha por turno de revezamento. As horas excedentes seriam pagas com acréscimo de, no mínimo, 100% sobre o salário-hora

normal. Já a hora noturna seria computada como 45 minutos, sendo remunerada com acréscimo de 50% sobre a hora diurna.

Na opinião de Paim, a aprovação do projeto seria uma forma de fazer justiça a motoristas e cobra-



Projeto de Paim permite aposentadoria aos 25 anos de serviço

Célio Azevedo

dores, que sofrem desgaste físico e emocional muito grande por causa dos problemas enfrentados diariamente no trânsito — poluição sonora, engarrafamento, superlotação dos veículos, tensão e insegurança.

A proposta está na Comissão de Assuntos Sociais para votação em caráter terminativo, isto é, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, se aprovada e não receber recurso de pelo menos nove senadores para que seja submetida ao Plenário.

Paim propõe regras para trabalho de menor

Outro projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) sob exame da Comissão de Assuntos Sociais pretende regulamentar o trabalho de menores aprendizes, garantindo a eles todos os benefícios assegurados ao trabalhador comum. A matéria terá decisão terminativa.

De acordo com a proposta formulada pelo parlamentar gaúcho, os aprendizes não podem ser me-

nores de 14 anos e a jornada de trabalho semanal deverá ser de, no máximo, 22 horas, sem possibilidade de prorrogação. Para ser considerado aprendiz, o menor precisa estar matriculado e frequentar a escola. Os menores não poderão trabalhar em locais insalubres ou perigosos e deverão sempre receber orientação profissional. O período de trabalho será no máximo de dois anos, con-

forme a proposta.

— O projeto visa regulamentar o trabalho do menor, proibindo distorções indesejáveis e exploração de mão-de-obra de menores mediante artifícios pouco lícitos. Com esse projeto pretendo garantir direitos ao menor aprendiz e da mesma forma assegurar que a Constituição federal não seja violada nas suas intenções — afirmou Paulo Paim.

Advogado de traficante deve declarar honorário

Magno Malta, autor da proposta, diz que a sociedade deve saber de onde saem os recursos para pagar defensores do crime organizado

O senador Magno Malta (PL-ES) quer alterar o estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para determinar que, nos processos relativos a tráfico de entorpecentes ou organizações criminosas, os advogados sejam obrigados a identificar pormenorizadamente a origem dos seus honorários.

O projeto resultou de preocupação com entrevista em que a advogada Cecília Machado, que defende o traficante Luiz Fernando Costa (o Fernandinho Beira-Mar), afirmou que seus honorários vêm do crime. Quando, levado pela Polícia Federal, no mês passado, seu cliente fez escala em Brasília, ela declarou à imprensa que não via nada de antiético em receber dinheiro do tráfico, pois assim fazem todos os advogados.

Magno Malta estabelece em seu



Magno Malta tomou a iniciativa após advogada informar que é paga com dinheiro do narcotráfico

projeto que o advogado declare nos autos quais os honorários recebidos, indicando "pormenorizadamente" sua origem, no prazo de até cinco dias após seu recebimento. O texto impõe a pena de um a três anos de detenção e multa para o advogado que deixar de declarar ou informar incorretamente os

José Cruz

honorários recebidos.

Na justificativa da proposta, o parlamentar diz que o objetivo é tornar mais transparente a relação entre os acusados e seus advogados, exigindo uma clara prestação de contas destes à sociedade.

"Não resta dúvida de que os acusados têm direito à representação por advogados e que estes têm direitos a honorários, mas a sociedade tem o direito de conhecer a origem dos recursos que pagam essas verbas", observa Malta.

A proposição tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo, ou seja, caso aprovada, poderá seguir diretamente ao exame da Câmara, salvo se pelo menos nove senadores requererem que seja também submetida ao Plenário.

Mercadante propõe punir quem induz menor ao crime

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que institui pena de reclusão de quatro a 15 anos, além de multa, para quem utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar crimes relacionados ao tráfico ou produção de drogas. A CCJ decidirá terminativamente sobre o assunto.

A proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Penal e a lei de combate ao tráfico de entorpecentes com o objetivo de tornar a indução de menores à prática de crimes mais do que uma mera circunstância agravante. Se aprovado o projeto, utilizar-se de crianças e adolescentes passará a ser um crime específico, severamente punido.

O texto estabelece que, se o crime praticado pela criança ou adolescente for de homicídio, lesão corporal de natureza grave, furto, roubo, extorsão, seqüestro, estupro ou atentado violento ao pudor, o adulto, além de sofrer as respectivas penas previstas no Código Penal no caso de concurso de pessoas, responderá ainda por se utilizar de menores. A pena será aumentada em um terço se,

na prática do crime, o próprio menor sofrer lesão corporal de natureza grave, e será duplicada no caso de morte.

"A participação de menores em atividades delituosas tem aumentado significativamente nos últimos anos, paralelamente ao desenvolvimento e proliferação do chamado crime organizado. A utilização de menores por parte dessas organizações tem consequências extremamente graves, não somente porque contribui para expandir e generalizar a violência, mas sobretudo porque significa, em grande parte dos casos, condenar à morte prematura as crianças e adolescentes envolvidos", afirma Mercadante.

O senador destaca que alguns setores da sociedade têm proposto reduzir a idade de inimputabilidade penal, medida que ele considera equivocada, principalmente por não atacar os problemas, e sim suas manifestações. Ele lembra que o menor infrator também é vítima do crescimento da criminalidade. Por isso Mercadante diz preferir direcionar o rigor da lei para os que, individualmente ou em grupos, induzem, constroem ou ajudam os menores a praticar ações delituosas.

Camata quer facilitar bloqueio de dinheiro ilícito

Tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que obriga terceiros a comprovar a origem lícita de recursos recebidos de acusado e escritórios de advocacia e contadoria a comunicarem à autoridade transações suspeitas de seus clientes.

Camata explica que o projeto, baseado em sugestão do delegado da Polícia Federal Antonio Rayol, restringe a circulação de

"dinheiro sujo". Segundo o senador, a medida permitiria que o estado recuperasse ou bloqueasse bens ou valores obtidos de forma ilícita, quando doados, transferidos ou mantidos em nome de terceiros, ou usados para pagar honorários profissionais.

— Ao mesmo tempo, a proposta dificultará que criminosos obtenham prestação de serviços de profissionais, e que parentes, amigos ou entidades aceitem dinheiro com proveniência suspeita.

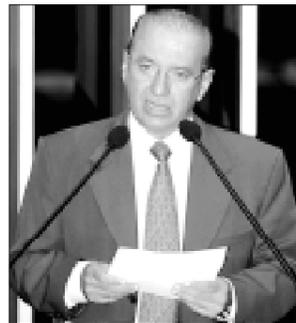


Gerson Camata pretende dificultar ação de criminosos

Valadares defende proibição de porte de armas em ônibus

Pela legislação atual, o porte de armas de fogo é proibido apenas no interior de aviões. Para estender a vedação a todos os ônibus de linhas interestaduais e internacionais, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) propôs o acréscimo de um artigo à lei que instituiu o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e estabeleceu condições para o registro e porte de arma de fogo. A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por ser de caráter terminativo, se aprovada na comissão, seguirá diretamente para exame da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso de pelo menos nove senadores para que seja submetida ao Plenário.

Conforme o projeto, empresas encarregadas das linhas interestaduais e internacionais de transporte de passageiros adotarão medidas para instalar equipamentos de detecção de metais nos terminais de embarque ou no interior dos veículos. Policiais e militares no exercício das funções não



Na opinião de Valadares, proibição de porte de arma pode reduzir assalto a ônibus

Roosevelt Pinheiro

serão proibidos de portar armas.

Segundo Valadares, o projeto objetiva reduzir os assaltos a ônibus, geralmente cometidos por pessoas que embarcam regularmente, fazendo uso das armas quando o veículo já está longe da área urbana.

A partir de dados da Confederação Nacional do Transporte, relativos a junho de 2002, o senador destacou que 90% dos deslocamentos no país são feitos por ônibus. Segundo o levantamento, as linhas de transporte interestadual e internacional faturam anualmente R\$ 1,7 bilhão, gerando mais de 70 mil empregos diretos e outros 500 mil indiretos.

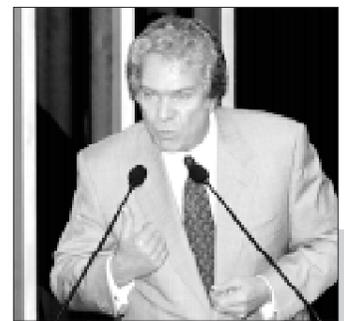
Para que o transporte de passageiros tenha maior qualidade e eficiência, argumenta Valadares, é preciso que o poder público adote medidas que inibam os assaltos, e a obrigatoriedade de fiscalização da presença de armas de fogo permitirá que o setor seja mais cobrado na prestação de seus serviços.

Autor de crime hediondo pode perder liberdade condicional

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que elimina do Código Penal a concessão de liberdade condicional ao preso por crime hediondo após o cumprimento de dois terços do total da pena. Ele acredita que o benefício não está de acordo com o apelo da sociedade por mais segurança e punição mais severa aos criminosos.

A Lei nº 8.072/90, sobre crimes hediondos, que alterou o Código Penal, estabeleceu normas conflitantes, disse Hélio Costa. O inciso 1º do artigo 2º, por exemplo, determina que a pena deverá ser cumprida integralmente em regime fechado, mas o artigo 5º dispõe sobre a possibilidade de liberdade condicional depois de cumpridos dois terços da pena, explica ele.

Na justificativa do projeto, o senador aponta ainda que, ao mes-



Hélio Costa: liberdade condicional para autor de crime hediondo aumenta sensação de insegurança

mo tempo em que é negado ao condenado o benefício de passar do regime fechado para o semi-aberto, um benefício maior lhe é concedido — o livramento condicional.

"O retorno do apenado pela prática de crime hediondo à vida gregária, antes do cumprimento de sua condenação, em nada favorece a sociedade. Ao contrário, aumenta a sensação de insegurança", observa Hélio Costa.

José Cruz